

# A língua de branco no Rio de Janeiro

## *The white man's tongue in Rio de Janeiro*

Ivana Stolze Lima

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)  
e Pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa  
ivana@rb.gov.br

**RESUMO:** A proposta do artigo é discutir a expressão “língua de branco”, uma das formas de nomear a língua portuguesa falada na cidade, localizada em anúncios de jornal relativos a fugas de escravos e em outros registros. Apesar de pouco frequente na documentação, a expressão pode ser um caminho para se refletir sobre o lugar do Rio de Janeiro em uma história social das línguas no Brasil, atentando mais particularmente para a perspectiva dos africanos e suas formas de comunicação na cidade.

**Palavras-chave:** Língua Nacional, Escravidão, Rio de Janeiro

**ABSTRACT:** *The proposal in this article is to discuss the expression “língua de branco” (literally, “the white man’s tongue”), one of the ways to refer to the Portuguese spoken in town, especially as used in classified ads reporting slave escapes and other records. Although not frequent in the documentation, the expression can offer a path to reflect on Rio de Janeiro’s place in a Social History of the languages in Brazil, focusing more specifically on the perspective of the Africans and their forms of communication in the city.*

**Keywords:** *National Language, Slavery, Rio de Janeiro.*

## A corte multilíngue

O multilinguismo é uma das marcas da história da cidade do Rio de Janeiro, caracterizada como cidade colonial, marítima, portuária, atlântica, capital, cosmopolita e tantos outros adjetivos similares que salientam seu lugar especial como encruzilhada de povos e culturas. Se é pertinente considerar as várias línguas que atravessam a cidade como um quadro de heterogeneidade, apontando assim para a dificuldade de comunicação, o choque e o impasse (heteroglossia), e se também é pertinente apontar para a pluralidade de línguas faladas pelos seus habitantes permanentes ou passageiros (plurilinguismo), em outra perspectiva é ainda mais pertinente e interessante apontar o multilinguismo como marca das várias formas de trânsito e intercomunicação que caracterizam as relações sociais na cidade.

No quadro da história da língua portuguesa no Brasil, isto é, da formação da língua nacional, o Rio desempenhou papel irradiador de uma padronização, sobretudo a partir das transformações de 1808, quando se tornou sede da Corte portuguesa e quando assumiu mais tarde a função de capital do Império do Brasil. Por outro lado, se colocamos o foco nos dois milhões de africanos<sup>1</sup> que aqui desembarcaram em séculos de tráfico e escravidão, vale pensar na relação desses africanos com a língua portuguesa em seu processo de se tornar uma língua nacional: como a mesma foi adquirida e usada? Que formas de interação e conflito no espaço urbano se deram nessa apropriação? Simultaneamente, devem-se considerar as formas de comunidade travadas por meio das próprias línguas africanas.

Já é bastante conhecida a formação étnica africana da população escrava do Rio de Janeiro. Embora os nomes de nação como angola, mina e nagô expressem, em geral, lugares aproximados de origem ou de embarque, e não traduzam línguas específicas dos diferentes povos escravizados, é possível avaliar, a partir das regiões, rotas e períodos do tráfico, as línguas africanas que podem ter sido faladas na cidade<sup>2</sup>. Os indivíduos poderiam usar não apenas suas línguas maternas, mas línguas comuns, línguas aprendidas e compartilhadas. Em meio a essa multiplicidade, algumas línguas são mais evidentes para a historiografia, como as das áreas de tráfico mais intenso no Congo-Angola, onde merece destaque o quimbundo, que era uma língua usada por diferentes povos e agentes do tráfico, que tem presença em diferentes regiões do país (MENDONÇA, 1935), e cuja importância pode ser ilustrada pela *Arte da Língua de Angola* (DIAS, 1697), obra que revela o domínio jesuítico sobre essa língua, tendo sido o Rio de Janeiro um dos espaços de construção desse domínio (BONVINI, 1996). O quimbundo e outras línguas do grupo banto possuem características linguísticas comuns, o que, em certas situações, facilitou a intercompreensão entre seus falantes.

Outra língua que merece ser destacada, não por ter sido demograficamente dominante, mas por ter uma presença constante na cidade e marcar uma identidade escrava reconhecida, é a chamada língua geral de mina ou língua mina-jeje, formada por línguas do grupo gbe, com presença dominante do fon. Com registros dispersos na Bahia, em Minas, no Maranhão

e no Rio de Janeiro, essa é uma língua também muito difundida na África Ocidental, presente na história do tráfico (PEIXOTO, 1741/1945; SOARES, 2004; PARÉS, 2006; SWEET, 2011). Outra comunidade linguística no Rio existia em torno do nagô, nome histórico e tradicional do iorubá. Em Salvador, foi uma língua geral amplamente falada, o que se explica tanto por causa da concentração de falantes como pela importância religiosa que a língua adquiriu nos terreiros de candomblé. No Rio havia também uma comunidade nagô, em geral incluída na categoria mina (RODRIGUES, 1977; MAMIGONIAN e REIS, 2004).

Será que essa heterogeneidade linguística e étnica impossibilitou a criação de vínculos e formas de comunidade? Em 1849, um parlamentar britânico perguntava, atônito: “Que línguas os africanos falam no Rio de Janeiro?” (*apud* ABREU, 2014). A questão principal era avaliar a possibilidade de revolta, um medo senhorial sempre à espreita. Mais reflexões deveriam ser feitas em torno da ideia de que os africanos não conseguiam se comunicar por falarem línguas distintas entre si, uma ideia às vezes repetida sem maiores questionamentos. Robert Slenes abriu uma seara interessante com o conceito de comunidades de fala formadas nas *plantations* cafeeiras, a partir do movimento do tráfico de escravos, que concentrou africanos de origens próximas (SLENES, 1992). Assim, pesquisas que têm avançado na relação entre a história do Brasil e da África, investindo na retomada da documentação, têm mostrado dimensões distintas, a exemplo do trabalho de Marcos Abreu (2014) sobre os locais de origem de africanos e as possibilidades de compartilharem línguas, partindo da amostra dos africanos apreendidos no período do tráfico ilegal (1831-1850).

Por tudo isso, o conceito de multilinguismo sugere pistas interessantes. Um africano que aprendesse a língua senhorial, passando a ser classificado como ladino, não iria necessariamente abandonar todo o seu repertório de formas de comunicação. A prática de “trocar a língua”, de alternar os códigos, merece atenção.

## O Rio e a língua nacional

Muito se fala do Rio de Janeiro oitocentista como capital política, que difundiria, como uma força centrífuga, os ideais de civilização e ordem. O Rio, Corte imperial, suposto centro político, exerceu seu poder sobre as províncias, regiões vencidas. No conjunto de ideais, valores, sentimentos compartilhados pelos dirigentes imperiais, que ajudariam a difundir o estratégico “espírito de associação”, incluía-se a ideia de uma unidade da língua. A imagem de unidade linguística contrastava com a comunicação, frequente e corriqueira, em muitas outras línguas, das mais diferentes proveniências. Se, de acordo com a *História*, o papel da capital foi estender a soberania sobre o território, isto não impediu que outras *histórias*, pequenas, paralelas, conflitantes, tenham sido também parte da experiência dos grupos sociais que viveram a formação do Estado no Brasil.

Como parte desse processo de formação do Estado, especialmente de “formação do povo”, houve uma política, ou ao menos uma expectativa, em torno da difusão da língua

nacional através da instrução pública. Tanto a instrução como a língua, na medida em que atuavam na formação lenta e progressiva de um certo espírito de consenso, eram entendidas como estratégicas para a centralização do Estado (MATTOS, 1987, cap. 3). A circulação de impressos, como jornais, revistas e livros, estruturou o processo, favorecendo a difusão de certas características em uso no Rio de Janeiro até as províncias.

Uma das marcas da construção da nacionalidade após a Independência foi o cuidado com a identidade linguística, que gerou olhares voltados para a autonomia ou a continuidade face a Portugal. Mas onde também se percebe, embora não tenha sido sempre evidenciado, o cuidado – ainda mais estratégico – com as diferenças internas, essas, sim, sentidas como heterogêneas e desestabilizadoras da ordem civilizada que se buscava forjar por meio de uma língua comum. A proposta de construir uma identidade linguística envolveu, em alguns casos, renomear a língua falada: língua brasileira ou língua nacional são expressões que passam a se alternar com língua portuguesa, sendo isso parte de uma cultura política nascente já na década de 1820 (LIMA, 2007 e 2008).

A função de capitalidade do Rio de Janeiro na questão da língua foi marcada por direções múltiplas, nem sempre favoráveis à disseminação de uma unidade tal como imaginada pelos dirigentes imperiais, como, por exemplo, o cônego Fernandes Pinheiro, Gonçalves de Magalhães ou Francisco Adolfo de Varnhagen – a unidade moldada pelo brasileiro-português, pela religião católica, pela herança europeia (SUSSEKIND, 1994 e LIMA, 2009). Procuremos destacar ao menos três destas direções, que nem são excludentes, nem deixaram de desencadear tensões. Uma primeira direção a ser citada: a Corte difundiu um sentimento de nacionalidade, um certo molde de identidade nacional, que incluiu e sedimentou padrões sobre a língua. A segunda: a cidade foi um palco para as diferenças. Note-se, inclusive, a permanência das linguagens múltiplas, dessas tradições que se combinaram, o que por muito tempo permanecerá como característica da cultura das ruas no Rio, ligada à memória corpóreo-gestual e às territorialidades vivenciadas pelos grupos sociais (VELLOSO, 2004). Uma terceira direção de desdobramento possível para a questão da experiência da cidade do Rio: no avesso da sua condição de capital, ela pode ter exportado, involuntariamente, esta multiplicidade nas formas de comunicação, falares apelidados de “çaçanjes” por “deturparem” a língua pátria.

## **A língua de branco**

Em outros textos, expus os resultados de uma análise sistemática e detalhada sobre as práticas de comunicação de escravos e senhores a partir de anúncios de jornais publicados no Rio de Janeiro entre 1821 e 1870. As descrições usadas para caracterizar os escravos em relação à sua forma de se comunicar foram analisadas buscando-se uma análise seriada, que as agrupou em categorias quantificáveis. Além disso, a análise propôs a discussão mais fina

e particular sobre as descrições, no que podem revelar sobre a estreita relação entre senhores e escravos. Retomo abaixo as tabelas, para uma visão geral sobre a pesquisa (LIMA, 2012 e 2014).

Nos artigos citados (LIMA, 2012 e 2014), há uma discussão detalhada sobre os métodos empregados e o tratamento das descrições. Aqui, de forma muito resumida, pode-se apontar algumas linhas principais: a reafirmação continuada da distinção entre crioulos e africanos e a sensibilidade para essa distinção; o grau de aprendizado da língua senhorial pelos africanos foi majoritariamente apresentado como bom; havia uma expectativa senhorial de que os africanos aprenderiam sua língua, sendo esse um processo transitório; foi minoritária a proporção de escravos africanos e crioulos apresentados como tendo dificuldades de se comunicar. No presente artigo, explorarei outras facetas do material, pois a variação dos sentimentos e das práticas linguísticas que a expressão “língua de branco” sugere é chave fundamental para melhor entender a complexidade da questão.

Tabela 1 - Descrições dos escravos crioulos<sup>3</sup>

Classificação das descrições	Número de crioulos	%	Exemplos
Boa habilidade	97	53%	fala bem (15) bem falante (18) sabe ler e escrever (24) muito falador/ muito faladeira (7) fala desembaraçada (10) fala explicada/ fala inteligível/ explica-se bem/ fala bem expressado (7) ladino (3) e outras
Características psicológicas	27	14,7%	manso no falar, fala descansada, agradável no falar, fala baixo e macio, fala vagarosa, quando fala, é sempre com ar de riso fala mansa cabeça sempre baixa quando fala meio apatetado quando fala
Fala atrapalhado/ fala embaraçado	3	1,6%	fala um tanto atrapalhado, fala muito embaraçado
Falantes de um outro idioma	13	7,1%	fala inglês, fala um pouco de espanhol, fala francês
Fanhosa	2	1%	fala fanhosa
Gago	16	8,7%	bastante gago, gagueja quando fala
Fonação/ articulação	5	2,7%	quando fala, pega-lhe a língua, quando fala é com muita pausa, fala muito grosso, fala fina
Sem informações sobre a fala	20	10,9%	
<b>Total</b>	<b>183 crioulos</b>	<b>100%</b>	

Fonte: *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1870) e *Jornal do Commercio* (1827-1870).

Tabela 2 - Descrições de escravos africanos

Classificação das descrições	Número de africanos	% (aproximada)	Exemplos
Boa habilidade na língua portuguesa	147	40,8%	Ladino, fala bem a língua portuguesa, fala perfeitamente, fala como um crioulo, fala desembaraçada, bem falante etc.
Fraca habilidade na língua portuguesa	64	17,7%	Fala atrapalhada, fala embaraçado, boçal, não fala bem o português, fala pouco o português, fala o português muito mal
Média habilidade na língua portuguesa	23	6,4%	Fala meio embaraçado, ladino e não fala bem claro, fala pouco desembaraçada, não fala bem explicado
Em processo de aprendizagem	22	6,1%	Ainda boçal, ainda fala pouco o português, já meio ladino, fala ainda meio atrapalhado
Características de fonação/articulação	41	11,4%	Fala grosso, gagueja, fala fanhosa, fala rápido, fala fina
Características de cunho psicológico ou de gestual	33	9,2%	Fala mansa, fala pouco, fala muito brando
Só com indicações de falar um outro idioma	4	1,1%	Fala francês, fala espanhol, fala inglês
Inclassificáveis	4	1,1%	muito falador e mal
Sem informações sobre a fala	22	6,0%	
<b>Total</b>	<b>360 africanos</b>	<b>100%</b>	

Fonte: *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1870) e *Jornal do Commercio* (1827-1870)

Como se percebe nas descrições exemplificadas nas Tabelas 1 e 2, havia muitas formas de se referir às particularidades e marcas pelas quais os escravos africanos e crioulos se comunicavam. Dentre as formas de representar e nomear a língua portuguesa, a expressão “língua de branco”, embora muito pouco usual no material levantado, desperta a atenção, pois gera o problema da perspectiva de quem a usou: quem iria se referir à língua falada na cidade como uma *língua de branco*? Aprofundar essa análise ilumina a existência de um leque variado de origens sociais e culturais que deixou suas marcas de oralidade nos anúncios.

*Língua de branco* é uma expressão que ganha sentido nos contextos de diferenciação e conflito pertinentes às situações de relação colonial, conquista e negociação na América e na África. Diferentemente dos termos “língua nacional”, “língua brasileira” ou “língua portuguesa”, baseia-se, de modo explícito, na relação entre brancos e não brancos. Não necessariamente a língua de branco seria a portuguesa. Para índios não falantes de línguas tupis, por exemplo, o nheengatu, uma língua geral introduzida pelos missionários no Rio Negro no século XVII pode ser considerada uma “língua de branco” (BESSA-FREIRE, 2004, p. 17).

Segundo Marcos Abreu, diversos viajantes que percorreram a região do Rio do Congo no século XIX, registraram a presença de uma língua de comércio baseada no português,

chamada “língua de branco” (ABREU, 2012, p. 56). Dentre estes relatos, destaca-se o do comerciante Augusto Saldanha, de 1862, em conversa com um marinheiro cabinda:

N’uma conversa que tive com um Cabinda foi que vim no conhecimento do verdadeiro sentido que os pretos ligam à palavra – branco – pela qual nos dominam. Perguntei-lhe se quando estavam a bordo dos navios estrangeiros entendiam as línguas que lá lhes falavam, e ele respondeu-me com certa presunção:

– Me fala flancé, inglês e língua de Branco.

Esta língua de branco é a portuguesa. Só nós somos considerados brancos, porque assim designaram os descobridores e conquistadores d’aquelas possessões, e só a eles é que os negros julgam pertencer esta denominação<sup>4</sup>.

Abstraindo a interpretação de Augusto Saldanha sobre sua branquitude, é bom lembrar que o português era mesmo uma das línguas utilizadas por outros europeus, como franceses e holandeses, para seu contato com povos africanos (SILVA NETO, 1952, p. 513), o que se explica pelas novas formas de movimentação dos europeus no continente africano a partir de meados do século XIX. O que importa é procurar entender os pesos e sentimentos que as formas de interação e comunicação entre povos de línguas distintas e hierarquizadas experimentam, específicos de cada momento e contexto.

No contexto do Rio e de outras cidades escravistas, pode-se pensar, de forma correlata, que quem se referia à língua portuguesa falada na cidade, língua essa que dava corpo e movimento à ordem escravista, como uma “língua de branco”, poderia ser um negro ou africano, escravo ou de outras condições sociais (livres, libertos), com variadas funções, como feitores, mestres de ofícios, capitães do mato, etc. Ou ainda aqueles que de alguma forma acionassem a mesma lógica de distinção, como numa investigação judicial, por exemplo. Em Salvador, na investigação sobre a Revolta dos Malês, consta que o escravo Joaquim, haussá, declarou não saber falar a língua de branco (REIS, 2003, p. 346). Além de indagar sobre quem poderia proferir a expressão, é importante considerar que ela fazia sentido para os interlocutores, e que conotava um teor de diferenciação através da língua muito acentuado, ou seja, uma clara separação – a língua é do branco, ainda que o escravo a fale bem ou mal.

Recolhi anúncios com esse uso de 1821 a 1842. O primeiro exemplo a ser apresentado é de 1821:

Há um ano que desapareceu ao Coronel Sebastião José Guerreiro da Fonseca, um escravo por nome Miguel, Nação Monjolo, cara redonda e retalhada<sup>5</sup>, estatura ordinária, cheio de corpo com o ventre mais elevado, pés chatos, com rachaduras nos calcanhares, cicatriz antiga na cabeça, que sempre inclina para aquele lado, não fala a língua de branco, apesar de estar em casa, e neste País havia mais de 10 anos, e por isso parecia ainda novo ou boçal, por cujo motivo há toda a suspeita de ser furtado, ou seduzido, quando vinha para fora da Cidade com um cesto vazio na cabeça; seu dono dará 19\$200 a quem lho denunciar, ou trazer a sua casa em Maracanã [*sic*] na Freguesia do Engenho Velho (*Diário do Rio de Janeiro*, 25/10/1821).



Buscando-se outros indícios sobre Miguel, nota-se que ele não falava a “língua de branco, apesar de estar em casa e neste País” havia já muito tempo. Nessa propriedade, situada em região de chácaras, era possível que alguma língua africana fosse utilizada, de modo que Miguel podia viver por lá tanto tempo e desempenhar sua função sem falar português, a ponto mesmo de sequer ser considerada sua possibilidade de fuga: ou ele foi furtado ou foi “seduzido”. Nesse exemplo, há quase uma barreira entre Miguel e a “língua de branco”. Os monjolos eram falantes de teque, e podiam ter tido contato com variedades do quicongo em seu percurso ligado ao tráfico (ABREU, 2014, p. 93). Mas os monjolos do Rio, além de falantes de teque e provalmente de variantes do quicongo, tornavam-se também falantes de português, e não se deve associar a etnia de Miguel ao fato de não ter aprendido essa língua. A origem étnica não parece ter sido determinante na aquisição da língua do senhor. Fatores como idade, atividade ou ofício, e características individuais e psicológicas foram mais importantes, além, é claro, do contexto histórico e social.

Àquela altura, em 1821, a cidade passava pelas remodelações de sua transformação em Corte, desencadeadas no período joanino. Como se sabe, o Rio que já havia sido um importante porto escravista mobilizado para a economia mineradora e seus desdobramentos, torna-se o principal ponto de desembarque de africanos, tendência aprofundada com a produção cafeeira. Mais do que isso, a cidade era um polo onde traficantes de escravos estavam estabelecidos (FRAGOSO e FLORENTINO, 2007). Em 1821, de acordo com um censo realizado, a população era de 43 mil habitantes livres e 36 mil escravos<sup>6</sup>.

No final dessa década, em 1829, mais um anúncio utiliza a expressão:

No dia 30 do mês passado, às 11 horas da manhã, fugiu um moleque de Nação Moange, por nome Benedito, é magro, tem as pernas finas, e uma delas zaimbras, os dedos das mãos alguma cousa tortos, a cor bastante preta, e terá de idade 14 a 15 anos; ia vestido com umas calças já velhas de algodão Americano, e camisa de riscado, e no mesmo dia da fugida foi encontrado no morro de S. Diogo, tomando o caminho do Saco do Alferes; como tem apenas um ano de casa, não fala ainda bem língua de branco, mas tem alguma viveza, e explica-se de sorte que se pode entender; quem o achar, ou souber notícia dele, queira dirigir-se à rua dos Pescadores N. 49, onde receberá alviças, e pago do seu trabalho no caso de o traze [sic] (*Diário do Rio de Janeiro*, 4/07/1829).

O jovem Benedito estava ainda aprendendo a língua, o que seria esperado por ter “apenas um ano de casa”. Mas já conseguia se fazer entender e fugiu. Trata-se aqui de um endereço bem central, próximo ao morro de São Bento, atual Rua Visconde de Inhaúma. O texto do anúncio traz algumas marcas que o diferenciam de outros, como a ausência do artigo definido “não fala ainda bem língua de branco”, “dia da fugida” e a forma “traze”, por “trazer”. Se aqui pode ter havido um erro tipográfico, as duas primeiras marcas podem indicar uma particularidade no uso do português, um tanto destoante do usual no discurso impresso, embora o mesmo não fosse ainda padronizado de forma mais regular.



Na década de 1830 há também alguns exemplos da expressão. José era um moleque, nação moçambique, e aprendiz de pedreiro. Encontramos sobre ele dois anúncios, um de outubro de 1832 e outro de janeiro de 1833, com algumas diferenças, mas ambos com a mesma forma de nomear a língua:

Fugiu no dia 23 do corrente, um moleque de nome José, costuma mudar o nome, e dizer ser de outro Sr., de nação Moçambique, idade 16 a 18 anos, com os sinais seguintes: delgado, estatura ordinária, a cara mais cheia de uma banda que a da outra, beiços grossos; olhos vermelhos, cor retinta, é aprendiz de Pedreiro, fala muito bem a língua de branco, levou vestido camisa e calça de algodão, é feio de cara, e testa frangida [*sic*]; quem dele tiver notícia, dirija-se à rua larga de S. Joaquim n. 122, canto da rua do Costa (*Diário do Rio de Janeiro*, 30/10/1832).

Aqui se diz que José costumava mudar o nome e fingir ter outro proprietário, algo facilitado já que “fala muito bem a língua de branco”. No anúncio publicado alguns meses depois, já se teria ouvido notícias sobre o seu paradeiro (“consta ser seduzido”). É interessante marcar que a reiteração na forma como a língua foi nomeada pode ser um indício de como os anunciantes (proprietários ou seus representantes) – e não só os redatores – interferiam no texto dos anúncios<sup>7</sup>. Levando em conta características do trabalho escravo no Rio, com pequenos proprietários envolvidos nas mais distintas atividades econômicas, podemos aventar a hipótese de que José, aprendiz de pedreiro, pertenceria a um desses proprietários, quem sabe um negro e/ou africano. O endereço era a Rua Larga de São Joaquim, próxima à área de venda de escravos.

Em 1835 há notícia de “um preto de nação Congo”, mais uma vez mencionando a língua de branco, que, neste caso, ele ainda conhecia pouco. O interessante é que ele poderia se refugiar junto a quitandeiras, sendo que para isso o seu ainda restrito domínio da língua de branco não seria um empecilho:

Fugiu no dia 7 do corrente, um preto de nação Congo, que terá 40 anos, com os sinais seguintes, cabeça pelada de um lado, de queimadura em a pá de um dos braços, e um dedo da mão esquerda aleijado, levou camisa de algodão Americano, calça de brim, e barrete encarnado, ainda fala pouco a língua de branco, há indícios de que de noite se recolhe em casas de quitandeiras, porque tem sido visto de dia; seu Sr. protesta contra quem o acoitar, assim como dará boas alviças a quem o levar ou der notícia na rua do Sacramento n. 1, ou na de S. Francisco de Paula n. 62, defronte da Lampadosa (*Diário do Rio de Janeiro*, 27/05/1835).

Nesse último exemplo, que indica que na década de 1840 a expressão era ainda usada, trata-se de um velho, que não seria um bom falante da “língua de branco”.

Fugiu no dia 4 do corrente, da praia da Saúde, beco Sem Saída n. 6, um preto velho, de nome Miguel, de nação Cabundá, com os sinais seguintes: baixo, magro, coroadado na cabeça por carregar tabuleiros com fazendas, tem um braço torto porque foi quebrado, e não fala bem a língua de branco; qualquer pessoa que o levar à casa acima, será bem pago do seu trabalho; assim como se protesta por todos as perdas e danos contra quem lhe der coito (*Diário do Rio de Janeiro*, 10/01/1842).

Sob que outras formas a língua portuguesa era nomeada nos jornais? Ao se descrever o grau de habilidade linguística dos escravos, expressões como “fala bem”, “meio boçal”, “muito desembaraçado”, “ladino”, “não fala claro” mesclavam-se a menções explícitas à língua, como nos exemplos “não fala bem a língua portuguesa” ou, simplesmente, “ainda não fala português”. Nesse quadro, língua de branco teria como particularidade testemunhar a distância e a separação entre os escravos e o português, de um lado, mas também inserir as marcas africanas nos usos dessa língua.

Em 27 de agosto de 1851, no contexto da repressão ao tráfico definido pela Lei 581 (Lei de Repressão ao Tráfico) ocorrida meses antes, o *Diário do Rio de Janeiro* publicou o relato da Comissão de Justiça ao Conselho de Estado<sup>8</sup> quanto à apreensão de 199 africanos na Ilha da Marambaia, ocorrida em fevereiro do mesmo ano. Logo em seguida ao episódio, o *Jornal do Commercio* havia publicado a acusação de Joaquim de Souza Breves, proprietário dos africanos apreendidos, de que as autoridades teriam incluído entre os apreendidos escravos já estabelecidos na sua propriedade, ladinos e mesmo crioulos<sup>9</sup>. A acusação provocou um esclarecimento de Bernardo Nascentes de Azambuja, chefe interino de polícia da província do Rio de Janeiro. Tendo recebido a denúncia sobre o desembarque clandestino, Azambuja foi em um vapor de guerra até a Marambaia e trouxe os africanos para a Auditoria de Marinha. O que nos interessa aqui é como o episódio acionou a percepção das autoridades para reconhecer se um africano – ou mesmo um crioulo – seria ou não boçal. Essa percepção, que mobilizava categorias construídas coletivamente, seria também acionada pelos caçadores de escravos ao tentarem identificar os fujões. A classificação ladino/boçal se deu em diferentes fases, desde o contato inicial da apreensão até o interrogatório formal na Auditoria de Marinha. A primeira leva de africanos foi entregue a Azambuja pelo corpo de guarda permanente:

depois de examinados pelo chefe de polícia e pelos oficiais de marinha (...) e os guardas marinha (...) foram reconhecidos Africanos boçais em número de 16”, com o cuidado de separar “todos aqueles que eram ladinos (*Diário do Rio de Janeiro*, 27/08/1851).

Em seguida, os guardas encontram mais um grupo de africanos em praia próxima, que foram “julgados nas mesmas circunstâncias dos outros, e os declarara também apreendidos”. No entanto, no dia seguinte, mais 153 africanos foram levados ao chefe de polícia, que ainda se encontrava no local, “reconhecidos Africanos boçais pelo segundo tenente da Armada Elisário José Barboza e pelo guarda marinha Cincinato José de Cerqueira Lima”. Uma vez alojados na Casa de Correção na Corte, os 199 africanos foram listados, batizados, e foi nomeado um curador “para com eles se fazerem as perguntas e exames indispensáveis”. Desse grupo fazia parte um língua (intérprete) chamado Firmino, “que entendia e sabia falar o idioma português”, fundamental para esclarecer vários pontos, como data e local do desembarque. Firmino apontou que “entre os Africanos que acabava de indicar, os de número três, trinta, sessenta e seis e cento e setenta e seis falavam alguma coisa da *língua de branco*”. Outros africanos deram mais informações por meio de intérpretes: “que era a

primeira vez que vinham à *terra de brancos*, tendo chegado há pouco tempo da sua terra, e desembarcado há poucos dias no lugar em que foram presos, que era uma ilha, primeira *terra de brancos* que viram”.

Após os passos cabíveis, o auditor da Marinha deu sua sentença de acordo com os peritos, de que seriam quase todos boçais, mas que todos eram recém-desembarcados, descumprindo-se, portanto, a lei de 1831. O relato traz ainda a apelação feita por Breves, que levou o caso ao Conselho, não para contestar a apreensão como um todo, mas para reaver o grupo de 46 escravos ladinos ali incorporados, incluindo dois crioulos. Breves alegava que esses ladinos foram inclusive batizados (mais uma vez) juntamente com os recém-desembarcados. É citado, especificamente, o escravo

de nome Joaquim, Cabinda, também ladino, e que na justificação junta vem sob n. 47, mas que se fingiu boçal, e na segunda apreensão despiu a sua roupa, e tomando a sua tanga, misturou-se com os novos, e por tal modo se portou, não querendo proferir palavra, que foi como tal considerado. (idem)

Breves punha em questão justamente a exatidão da análise sobre a boçalidade dos africanos, a partir da performance de Joaquim Cabinda “não querendo proferir palavra”.

Esse exemplo do uso da expressão “língua de branco” numa situação em que autoridades se deparam com falantes africanos de português, isto é, em situações em que sua “africanidade” está em questão, a meu ver corrobora a tendência apontada nos anúncios. O próprio Firmino pode ter nomeado assim a língua, cujo domínio fazia dele uma peça-chave, em destaque no meio dos “boçais”. Mas o registro foi feito pelas autoridades, que também se referiam a uma “língua portuguesa”. O que se comunicava ali era, assim, a distância entre o africano e os rudimentos da língua portuguesa.

Marcos Abreu desenvolve uma hipótese mais ampla sobre o significado de língua de branco. Tomando como base o depoimento do mesmo Firmino, cabinda como o marinheiro com quem Saldanha conversou, Abreu defende que a expressão conotaria uma determinada forma de falar a língua portuguesa por africanos, uma variante pidginizada, que teria correspondência nas variantes dessa língua utilizadas no Congo. Uma informação importante é que os cabindas controlavam o comércio de cabotagem na região, tornando-os ainda mais conectados com os escravistas e as línguas europeias, dentre as quais o português. A língua de branco se cristalizaria assim no contexto do contrabando de africanos escravizados, no período de tráfico ilegal (1831-1850), a partir de uma série de exemplos e situações de uso de variantes da língua portuguesa como língua de comércio, ou utilizada por intérpretes envolvidos pelo tráfico, bem como iniciativas dos negociantes escravistas de fazerem africanos aprenderem português (Rodrigues, 2000, p. 135).

Seria um equívoco considerar a distância que a expressão “língua de branco” denota como tendo dado o tom das formas de interação linguística que ocorreram na cidade no século XIX. O resultado apresentado nas Tabelas 1 e 2 indicam a maioria de africanos e

crioulos dominando a língua corrente. Sem dúvida, a heteroglossia, a dificuldade da “fala atrapalhada”, a classificação e hierarquização dos sotaques fazem parte da história da Corte. Mas talvez exatamente por isso as possibilidades de trânsito entre as fronteiras foram valorizadas por quem precisava. Como o sujeito que pôs este anúncio:

Precisa-se de um um preto de Nação Monjolo, que saiba falar a mesma Língua, e também de Cabinda, Moçambique, e outras mais línguas, terá por dia 500 rs, e que seja forro; pode procurar na rua da Cadeia N. 113, que achará com quem tratar (*Diário do Rio de Janeiro*, 19/08/1828)<sup>10</sup>.

Esse sonhado preto forro monjolo, conhecedor de tantas línguas, pode ou não ter existido para ganhar os seus 500 réis diários. Mas nos faz pensar nas ambiguidades que marcaram a relação entre senhores e escravos, em meio à própria violência da escravidão e às reafirmadas formas de distinção entre livres e escravos, ambiguidades que mostram o terreno da linguagem como um lugar possível de transformação.

## Notas

<sup>1</sup> Segundo a estimativa do *Slave Trade Database*, 2.263.914 africanos desembarcaram no Sudeste do Brasil durante o período do tráfico, sendo 1.275.932 na primeira metade do século XIX. [slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces](http://slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces).

<sup>2</sup> A diversidade étnica e linguística do Rio de Janeiro foi apontada no já clássico estudo de Mary Karasch (2000). Margarida Petter e Emílio Bonvini (2008) procuram identificar mais sistematicamente as línguas africanas envolvidas no tráfico para o Brasil. No caso específico do Rio, um estudo recente é o de Marcos Abreu (2012 e 2014)

<sup>3</sup> Como pode haver mais de uma descrição para o mesmo indivíduo, optei por selecionar na classificação apresentada nas duas tabelas aquela que fosse mais representativa. Por exemplo, se um escravo é apresentado como bem falante e voz grossa, indiquei o primeiro elemento. No grupo dos que sabem ler e escrever, considere essa característica.

<sup>4</sup> Augusto Carlos de Saldanha, *Quarenta e cinco dias em Angola*. Porto: Typographia de Sebastião José Pereira, 1862. p.11. *Apud* Abreu, 2012, p. 57-58.

<sup>5</sup> Monjolo designava os escravos vindos do reino do Tio, na região do Congo. Segundo Mary Karasch (2000, p. 53), eram reconhecidos pelas

escarificações faciais características. De fato, muitos dos anúncios levantados descrevem os monjolos como de “cara riscada”.

<sup>6</sup> Mapa da população da corte e província do Rio de Janeiro em 1821. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 33, 1870. p. 137.

<sup>7</sup> “Fugiu no dia 23 de outubro próximo, um moleque de nome José de idade 16 a 18 anos, de Moçambique, com os sinais seguintes, delgado de corpo, estatura ordinária, cara mais cheia de uma banda que de outra, beiços grossos, olhos vermelhos, cor retinta, é oficial de pedreiro, fala bem a língua de Branco, consta ser seduzido, e por isso se protesta contra quem dele souber, dirija-se a Rua larga de S. Joaquim.” (*Diário do Rio de Janeiro*, 12/01/1833).

<sup>8</sup> O *Diário do Rio de Janeiro* continha uma seção inicial chamada “Parte oficial” com notícias do governo, do legislativo, das províncias etc.

<sup>9</sup> Sobre o episódio, ver também a análise de Marcos Abreu, 2012, p. 21, que toma como base a documentação da Auditoria de Marinha referente ao episódio.

<sup>10</sup> Agradeço a gentileza de Silvana Jeha por apontar esse anúncio.

## Referências Bibliográficas

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Seção de Periódicos  
*Jornal do Comércio* (1827-1870)  
*Diário do Rio de Janeiro* (1821-1870)

- ABREU, Marcos. *Ladinos e boçais: o regime de línguas do contrabando de africanos (1831-c. 1850)*. Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, Campinas, 2012.
- ABREU, Marcos. As vozes centro-africanas no Atlântico Sul (1831-1850). In: LIMA, Ivana Stolze e CARMO, Laura (org). *História social da língua nacional 2: diáspora africana*. Rio de Janeiro: Faperj/NAU, 2014, pp.73-103.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BESSA-FREIRE, José Ribamar. *Rio babel : a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2004.
- BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FLORIN, Jose Luis e PETTER, Margarida (org). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.
- BONVINI, Emilio. Repères pour une histoire des connaissances linguistiques des langues africaines. *Histoire, Épistémologie, Langage*. 18 2 (1996), p. 139.
- DIAS, Pedro. *Arte da Língua de Angola, oferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãe, e Senhora dos mesmos Pretos, pelo P. Dias da Companhia de Jesu*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1697.
- FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. A comunidade de mercadores do Rio de Janeiro e o mercado atlântico português na passagem do século XVIII para o XIX. In: BASTOS, Cristiana, ALMEIDA, Miguel Vale de e FELDMAN-BIANCO, Bela (org). *Trânsitos coloniais. Diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, pp. 345-366.
- KARASCH, Mary. *Vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LARA, Silvia. Linguagem, Domínio Senhorial e Identidade Étnica nas Minas Gerais de Meados do Século XVIII. In: Almeida, Miguel Valle de e outros (org). *Trânsitos Coloniais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002, pp. 205-225.
- LIMA, Ivana Stolze. Entre a língua nacional e a fala caçanje. Representações sociais sobre a língua no Rio de Janeiro. Imperial. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales e COSTA, Wilma Peres (prg). *De um império a outro. Estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2007, pp. 63-99.
- LIMA, Ivana Stolze. Língua nacional, histórias de um velho surrão. In: LIMA, Ivana Stolze e CARMO, Laura do (org). *História Social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. 215-245.
- LIMA, Ivana Stolze. A língua nacional no Império do Brasil. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo H. (org). *O Brasil Imperial*. Vol. 2 - 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 467-497.
- LIMA, Ivana Stolze. Escravos bem falantes e nacionalização linguística no Brasil - uma perspectiva histórica. *Estudos Históricos* 25 50 (2012): 352-369. Link para o artigo: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/4036/6613>
- LIMA, Ivana Stolze. Africanos no Rio de Janeiro, entre fronteiras e práticas de comunicação. In: LIMA, Ivana Stolze e CARMO, Laura (org). *História social da língua nacional 2: diáspora africana*. Rio de Janeiro: Faperj/Nau, 2014. 229-248.
- MAMIGONIAN, Beatriz, e REIS, João Jose. Nagô and Mina: The Yoruba Diaspora in Brazil. In: FALOLA, Toyin e CHILDS, Matt D. (org). *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World*. Bloomington: Indiana University Press, 2004, pp. 77-110.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema - A Formação do Estado Imperial*. 1990, 2ª ed.. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 1935, 2ª ed. col. Brasileira vol. 46.
- PARÉS, Nicolau. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. . Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- PEIXOTO, Antonio da Costa. *Obra nova da língua geral de mina*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1945.
- PETTER, Margarida. Línguas africanas e línguas do tráfico. In: Lima, Ivana Stolze e Carmo, Laura (org.) *História Social da Língua Nacional 2: Diáspora Africana*. Rio de Janeiro: Faperj/Nau, p. 345-348.

PTTER, Margarida. Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje. In: Fiorin, José Luiz; Petter, Margarida (org.). *África no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora Unicamp/Cecult, 2000.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977.

SILVA NETO, Serafim. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.

SLENES, Robert. Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP* 12 (1992): pp. 48-67.

SOARES, Luiz Carlos. *O "Povo de Cam" na Capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2007.

SOARES, Mariza de Carvalho. From Gbe to Yoruba: Ethnic Change and the Mina Nation in Rio de Janeiro. In: FALOLA, Toyin e CHILDS, Matt D. (org). *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World*. Bloomington: Indiana University Press, 2004., pp.231-247.

SÜSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. Pizarro, Ana (org). *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*. São Paulo/Campinas: Memorial / Unicamp, 1994.

SWEET, James. *African Healing, and the Intellectual History of the Atlantic World*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro, 1900-1930: mediações, linguagens e espaço*. Coleção FCRB. Estudos 1. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004.

Recebido em 25/03/2015

Aprovado em 10/04/2015